UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIENCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

LOURDES FERREIRA SOUSA

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA EM SANTARÉM – PA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

SANTARÉM-PA
2021

LOURDES FERREIRA SOUSA

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA EM SANTARÉM - PA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Ciências da Educação, da Universidade Federal do Oeste do Pará, como requisito para a obtenção de título em Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Gilberto César Lopes Rodrigues

SANTARÉM-PA
2021

LOURDES FERREIRA SOUSA

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA EM SANATARÉM - PA: DESAFIOS E PERPECTIVAS

Data de Apresentação: _16___/_08___/__2021__.

BANCA EXAMINADORA:

_____

Profº. Dr. Gilberto César Lopes Rodrigues (Orientador)

Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

_____

Profº. Wilverson Rodrigo Silva de Melo (Examinador 1)

Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

_____

Profº. Jecilaine Ferreira Silva (Examinador 2)

Mestranda do Curso de Mestrado Profissional em Educação Escolar Indígena (UEPA)

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA EM SANTARÉM - PA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Lourdes Ferreira Sousa[1]
Gilberto Cesar Lopes Rodrigues[2]

RESUMO - Neste trabalho examinamos a relevância que a educação escolar tem para o indígena, dentro do seu território. Através de pesquisa de campo que envolveu pesquisas estruturadas e observação participativa notamos que a união entre etnias do mesmo território fortaleceu a luta para conseguirem benefícios para o coletivo, são enfatizadas nas entrevistas realizadas com os líderes e representantes dos povos indígenas pesquisados, o primeiro passo para a conquistas dos direitos indígenas e o reconhecimento do território indígena. A pesquisa foi realizada em duas escolas no Território Cobra Grande, com etnias diferentes Arapiun e Jaraqui. Concluímos que a educação escolar indígena pretende contribuir para o fortalecimento da resistência diante dos desafios, inclusão social com autoafirmação indígena, assim como para garantia dos direitos que os mesmos sejam efetivados com mais veemência dentro dos territórios indígenas, haja vista que se tem o amparo legal.

Palavras-chave: Educação escolar indígena. Escola. T.I. Cobra Grande.

ABSTRACT – In this work, we examine the relevance that school education has for the indigenous, within their territory. Through field research that involved structured research and participatory observation, we noted that the union between ethnic groups from the same territory strengthened the struggle to achieve benefits for the collective, are emphasized in the interviews carried out with the leaders and representatives of the surveyed indigenous peoples, the first step towards conquests of indigenous rights and recognition of indigenous territory. The research was carried out in two schools in the Cobra Grande Territory, with different ethnic groups, Arapiun and Jaraqui. We conclude that indigenous school education intends to contribute to the strengthening of resistance in the face of challenges, social inclusion with indigenous self-assertion, as well as to guarantee the rights that they are carried out more vehemently within indigenous territories, given that they have legal support.

Keywords: Indigenous school education. school. T.I. big snake.

---

[1] Acadêmica do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e membro do grupo de pesquisa HISTEDBR/UFOPA, **e-mail:** lourdessousa12@hotmail.com

[2] Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Docente no Instituto de Ciências da Educação (ICED) da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e membro do grupo de pesquisas HISTEDBR/UFOPA. **e-mail:** gilbertocesar@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa surgiu da inquietação em saber a relevância que a educação escolar tem no T.I. Cobra grande, justamente por ser concluinte do curso de pedagogia, área do conhecimento voltada para atuar na educação. No entanto, primeiro uma definição de escola; É a instituição que fornece o processo de ensino para discentes (aluno), com o objetivo de formar e desenvolver cada indivíduo em seus aspectos cultural, social e cognitivo.

Deste modo a educação escolar, sempre se mostrou indispensável para a humanidade, que precisa do conhecimento cientifico para acompanhar a evolução dos tempos, portanto, para os indígenas na atualidade, devido as mudanças que vem acontecendo diretamente no espaço em que vivem, a educação escolar tornou-se uma necessidade, fazendo com que os mesmos requeressem a escola, a parelho de reprodução do conhecimento, mas também trazendo para dentro da escola o saber empírico. Então, valendo-se da escola e da educação escolar, buscam conhecimentos que assegurem a continuidade do saber tradicional, cultura e tradições bem como a sua permanência no território.

Com a chegada dos portugueses e ao longo dos anos, os espaços antes habitados e os próprios nativos sofreram mudanças significativas pelo corrosivo e expansivo capital, porém, os mesmos a todo esforço lutam para manter sua cultura e identidade. Embora o tema sobre a educação escolar indígena, seja um tema bastante discutido, ao mesmo tempo, desperta interesse em conhecer a educação escolar indígena em sua realidade pela diversidade de povos existentes e cada um com suas singularidades específicas.

Esta pesquisa pretende discutir a relevância da educação escolar para o indígena, dentro do Território Indígena Cobra Grande. Tendo como objetivos de pesquisa: (i) pesquisar de que maneira a educação escolar ganhou importância para os indígenas, (ii) verificar se as diretrizes educacionais que a amparam a educação escolar indígena estão sendo cumprida nas escolas indígenas no T.I. Cobra Grande, (iii) identificar se está ocorrendo de fato uma educação especifica e diferenciada no T.I Cobra grande, (lv) analisar a realidade da educação escolar indígena nas escolas no T.I

No primeiro tópico “Um novo rumo na educação para os povos indígenas em todo país”, os escritos relatam o grande marco na história brasileira, que garantiu os direitos a educação, a valorização da cultura e todo modo de vida dos indígenas, também o direito a demarcação de

suas terras. Contudo surgem reivindicações por uma escola com uma educação escolar especifica e diferenciada na prática, onde a união dos professores foi imprescindível nessa luta

No segundo tópico “Educação escolar indígena no Brasil; Entre continuidades e rupturas um breve relato”, as discussões destacam a maneira que foi colocada a educação escolar para os indígenas e quais as finalidades dessa educação, tanto pela coroa imperial quanto pelo estado, a dificuldade na comunicação e as consequências no ensino e aprendizagem dos indígenas.

No terceiro tópico “O contexto da pesquisa de campo, no Território Indígena Cobra Grande”, buscou-se analisar a importância da educação escolar, no ponto de vista de cada entrevista mostrando seus avanços e conflitos enfrentados nas escolas.

Portanto para um melhor entendimento do contexto educacional indígena, a metodologia usada neste artigo fundamentou-se na pesquisa bibliográfica, na pesquisa de campo, na história oral por meio de entrevistas. Os fundamentos teóricos destacaram-se; Costa (2018), Constituição Federal (1988), LDB (1996), Luciano (2006), Rodrigues (2018). A Pesquisa de campo, no Território Indígena Cobra Grande, se deu em duas escolas; polo e anexo. História oral, entrevistas com lideranças, professores e cacique, a transcrição das falas dos depoentes, sem correção gramatical e ortográfica, sendo a fala mantida e o modo da fala deles, por isso foi adotado a sigla [sic] antes das falas.

2 . UM NOVO RUMO NA EDUCAÇÃO PARA OS POVOS INDÍGENAS

O marco e avanço importante para a educação escolar indígena, veio com a Constituição Federal no dia 22 de setembro de 1988, e promulgada no dia 5 de outubro do mesmo ano, que reconhece e garante direitos aos povos indígenas que até então não existiam.

Nesse processo de redemocratização ficou assegurado os direitos a diferença étnica e cultural e suas especificidades, o Estado torna-se obrigado a criar, desenvolver e pôr em prática políticas sociais. A Constituição também abriu espaço para o diálogo entre o Estado, a sociedade e os povos indígenas, assim começou um novo rumo na história não somente para os povos indígenas, mas para todos os brasileiros.

> Capítulo lll - Da Educação
> Artigo 210 – 1. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.
> 2. O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegura às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

> [...]
> Capítulo VII - Dos Índios
> Artigo 231- São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens (BRASIL, 1988).

Antes a escola era pensada somente pela igreja e pelo Estado, nota-se que somente a partir de 1970, quando o movimento indígena de diversos povos do país se organiza tornam-se mais fortalecidos para conquistarem seus direitos. Com a Constituição Federal de 1988, houve muitos avanços com bases legais, em relação a terra e também a educação escolar indígena, esta que durante 27 anos, esteve sob a tutela da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), e em 1991, passou para a responsabilidade do Ministério da Educação (MEC). Decreto n. 26/ 1991.

> Art. 1º. Fica atribuída ao Ministério da Educação a competência para coordenar as ações referentes à Educação Indígena, em todos os níveis e modalidades de ensino, ouvida a FUNAI
> Art. 2º. As ações previstas no Art. 1º serão desenvolvidas pelas Secretárias de Educação dos Estados e Municípios em consonância com as Secretárias Nacionais de Educação do Ministério da Educação (BRASIL, 1991).

Porém observa-se mesmo que tenham criado setores específicos para a gestão de escolas indígenas, não é suficiente para uma educação escolar que busca resgatar e manter suas origens, onde tenham a liberdade de repassar para os mais jovens, sem serem questionados as tradições ancestrais de seu povo.

> Hoje uma educação diferenciada e de qualidade, intercultural e bilíngue (ou multilíngue) é reivindicada e parte dos projetos de vida de comunidade, povos e organizações indígenas. A escola existe em inúmeras comunidades indígenas como instituição integrada ao cotidiano apesar da sua origem externa aos universos socioculturais indígenas e de seu uso histórico (…) como agente e controle, evangelização e imposição forçada de mudança social e cultural. (MEC, 2005 p. 36).

Nota-se que as escolas implantadas em terras indígenas, ainda seguem o mesmo padrão educacional de uma educação para todos, o que gerou toda uma situação de conflitos com os povos indígenas, por tratar-se de realidades diferente, assim, a educação escolar diferenciada passou a ser uma das reivindicações do movimento indígena, como podemos observar nas palavras do professor Orlando (*apud* BRASIL, 2002, p. 13)

> Então surgiu questionamento: que tipo de escola temos e que escola queremos? Porque, na verdade, a escola formal estava ou ainda está afastando o índio de sua própria realidade, fazendo-o esquecer e deixando a sua cultura de lado. Isso fez com que os professores, juntamente com as lideranças de cada povo, viessem a

> refletir melhor a questão da educação. Depois de muitas discussões, os professores e lideranças afirmaram que era preciso uma educação diferenciada para as comunidades indígenas. Hoje, em todas as escolas, mas
>
> na maioria, temos professores indígenas trabalhando na própria comunidade, onde ele é responsável pela formação do aluno-índio.

O movimento de professores indígenas mostrou-se relevante neste processo histórico de construção dessa nova escola, compreendeu a necessidade e a importância de se reorganizar e buscou novas possibilidades que viessem se alinhar com a realidade de uma escola indígena bilíngue, intercultural e diferenciada em formação, respeitando as especificidades de cada povo. A reivindicação por autonomia escolar, material didático próprio, metodologia de ensino, currículo diferenciado, assim como questão territorial e política continua fazendo parte das lutas do movimento indígena, para garantir na prática os direitos que estão assegurados.

Nota-se que todas as conquistas são resultado de todo um processo político em que os indígenas conseguiram através de resistência, luta e organização do movimento indígena e com a promulgação da Constituição Federal, como afirma Luciano.

> A conquista histórica dos direitos na Constituição promulgada em 1988 mudou substancialmente o destino dos povos indígenas do Brasil. De transitórios e incapazes passaram a protagonistas, sujeitos coletivos e sujeitos de direitos e de cidadania brasileira e planetária. (LUCIANO, 2006).

Entende-se que a partir da redemocratização do país, os povos indígenas saíram da invisibilidade, as lideranças e professores passaram a cobrar com mais veemência do Estado seus direitos constituídos, assim começou a crescer as reivindicações por escolas nas aldeias, uma educação escolar diferenciada, com autonomia para gerir de acordo com os anseios, mas que atendesse as especificidades de cada povo, de cada realidade por questão de sobrevivência étnica. No entanto muitos direitos foram assegurados, porém na realidade poucos foram realizados, as escolas indígenas em sua maioria continuam atreladas as mesmas secretárias de educação das escolas não indígenas.

3. A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO BRASIL: entre continuidades e rupturas, um breve relato.

A educação escolar para os indígenas iniciou no período colonial no Brasil, ficando coordenada pelos missionários católicos da Companhia de Jesus, que organizou maneiras e

orientações voltadas para a catequização religiosa cristã, ensinando aos indígenas outro modo de viver que não condizia com a sua realidade, assim, começou todo um processo de modificação do modo natural de vida dos mesmos com invasão de terras, disciplina, invisibilidade, genocídio e a imposições de outra cultura e a subordinação a coroa.

> A implantação de projetos escolares para populações indígenas no Brasil é quase tão antiga quanto o estabelecimento dos primeiros agentes coloniais em nosso chão. A submissão política das populações nativas, a invasão de suas áreas tradicionais, a pilhagem e a destruição de suas riquezas, etc. têm sido, desde o século XVI, o resultado de práticas que sempre souberam aliar métodos de controle político a algum tipo de atividade escolar civilizatória. E não se pense que tais atividades escolares se desenvolveram sem um plano, de forma improvisada e as sistematicamente. Ao contrário, os missionários (primeiros encarregados desta tarefa) dedicaram a ela muita reflexão, tenacidade e esforço. O colonialismo, a Educação Indígena e o proselitismo religioso são práticas que têm, no Brasil, a mesma origem e mais ou menos a mesma idade. (SILVA, 1994, p. 38).

Observa-se que os objetivos dos colonizadores além de explorar as riquezas, ao mesmo tempo era dominar o indígena, tornando-o em mão de obra, uma vez que o plano educacional jesuítico, não era um fato isolado dos objetivos dos portugueses, mas que fazia parte dos interesses econômicos e políticos dos colonizadores, estes precisavam de mão de obra escrava, para ajudar na formação da sociedade em desenvolvimento e os indígenas, vistos como a mais adequada e econômica, uma vez que não pagariam por eles. Deste modo os jesuítas procuraram criar palavras aproximadas as línguas nativas para facilitar a comunicação e aprendizagem dos dogmas cristão, um modo educativo de civilização para a obediência, como fala Teixeira e Cordeiro (2008):

> os padres criaram um novo idioma, chamado “língua geral” uma mistura de língua indígena e portuguesa. Com o objetivo de alfabetizar os indígenas, estabeleceram uma comunicação que mesclava as línguas e “ganhou” obviamente a confiança do nativo. Utilizaram como estratégia didática cantos religiosos, danças, músicas, pois tratava-se de uma educação voltada para a aculturação e dominação.

No entanto os indígenas não tinham escrita, foi elaborado a mistura da língua indígena com o português para uma melhor compreensão e para facilitar o entendimento na comunicação e na aprendizagem que os indígenas precisavam para se tornarem cristãos e dominados. Dessa maneira, compreende-se que o bilinguismo adotado pela igreja, não tinha preocupação em manter a língua materna, os costumes e tradições dos povos encontrados**.** Portanto percebe-se nos dias atuais, que a marca da escolarização deixada pelos jesuítas foi tão forte, que ainda é visível escolas não somente católica atreladas a missões religiosas que permanecem em aldeias

indígenas, com os mesmos objetivos a negação de si mesmo, a repulsa das suas origens, da cultura e principalmente a desqualificação na questão da espiritualidade indígena.

Identificou-se outro marco relevante, com o afastamento da igreja do domínio sobre os indígenas, o Estado passou a ter todo o controle sobre os mesmos, pois precisava expandir seus projetos integracionista, criou o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), com o objetivo de proteção tutelar:

> O Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN), a partir de 1918 apenas SPI foi criado, a 20 de junho de 1910, pelo Decreto nº 8.072, tendo por objetivo prestar assistência a todos os índios do território nacional (OLIVEIRA,1947).

Desta maneira o SPI, foi um órgão criado pelo governo sem planejamento, mas tinha no discurso como finalidade dar segurança aos indígenas e assistência, porém, não tinha conhecimento da diversidade de povos e das suas necessidades. O SPI era totalmente estatal que atendia somente os interesses do governo de dominar, integrar socialmente, explorar as terras e os índios e transforma-los em mão de obra, por acreditarem que os indígenas estavam em um processo transitório.

> A ideia era transformar o indígena em agricultor, operário, militar apto para defender o território nacional, ou seja, transformar o indígena no que o governo quisesse, nunca o considerando cidadão pleno dentro da história brasileira, mas sim objeto nas mãos dos grupos dominantes que o manejavam de acordo com seus próprios interesses (OLIVEIRA, 2012, p,35).

Embora o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), tenha sido criado com o objetivo de dar assistência aos índios, o mesmo não cumpria seu papel, os indígenas eram vistos somente como mão de obra. Além disso, a educação seguia aos interesses do governo de forma unificada, estimulando somente a assimilação da língua portuguesa, que era oficialmente a única língua a se aprender e a falta de planejamento acabou levando os mesmos muitas vezes ao fracasso escolar, uma vez que a escola não cumpria sua função pedagógica.

Porém, notou-se que no decorrer de muitos anos os indígenas mesmo em um período de Ditadura Militar onde os meios de comunicação eram reprimidos, conseguiram o apoio de parte da sociedade no Brasil, e também internacional, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), acabou sendo um fator importante, pois ajudavam na orientação dos indígenas para irem em busca dos seus direitos, o apoio recebido ajudou para o desenvolvimento e fortalecimento do movimento.

> De acordo com Bicalho (2010), parte da hipótese de que as Assembleias Indígenas como marco fundador do Movimento Indígena no Brasil. De 1974 a 1980, esses encontros teriam sido o primeiro acontecimento a mobilizar os povos indígenas. Além disso, eles puderam contar com ajuda de aliados para a organização das reuniões, por exemplo, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Era a oportunidade que cada povo tinha de compartilhar a sua história e conhecer a dos demais. Falavam de problemas enfrentados por eles e ao mesmo tempo buscavam possíveis soluções (*apud* COSTA, 2014, p.3).

Entende-se que a educação escolar apresentada para o indígena, não constitui de fato a função pedagógica, por tratar-se de uma educação voltada para a dominação religiosa e estatal, onde a finalidade sempre foi transformar o indígena em mão de obra civilizada. No entanto, o indígena ao longo do tempo buscou aprender o português para lutar por seus ideais, sem deixar de lado suas origens, mas buscando a valorização da sua cultura e dos seus conhecimentos ancestrais. Porém, no decorrer de muitos anos, criou-se uma aproximação e simpatia por parte de muitos religiosos e apoiadores pela causa indígena o que gerou muitas contribuições favoráveis para a organização da luta, a conquista de direitos que foram garantidos em Lei.

4. CONTEXTO DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada em duas escolas no Território Indígena Cobra Grande.

O Território Indígena Cobra Grande, em Santarém (PA), dotada de uma superfície de 8.906 hectares, a TI localiza-se à margem esquerda do baixo curso do rio Arapiuns. A população, composta pelos povos Arapiun, Tapajó e Jaraqui, distribui-se em cinco comunidades: Caruci, Lago da praia, Santa Luzia, Arimum e Garimpo/ Caridade. Embora os indígenas já habitem essa área de forma permanente, onde plantam roçados e constroem casas de farinha, em espaços denominados “centros” ou “colônias”, houve diversos momentos em que precisaram se deslocar para regiões mais distantes, devido ao avassalador processo de colonização da região. A formação das comunidades, a partir da década de 1970, foi um dos alicerces para que hoje, se pudesse realizar esse estudo. Em tempo de rápidas transformações, a demarcação da Terra Indígena Cobra Grande representa, para os indígenas, a possibilidade de manterem a autodeterminação de suas organizações sociopolíticas e a integridade de seus modos de produção tradicional.

Um momento muito esperado pelas cinco comunidades, a publicação no Diário Oficial da União os estudos de identificação e delimitação do (TI), Cobra Grande um passo importante para todos.

> Os estudos de identificação e delimitação da Terra Indígena (TI) Cobra Grande, em Santarém (PA), foram assinados, na última sexta feira (25), pelo presidente da Funai, João Pedro da Costa, e publicados hoje (29), no Diário Oficial da União. A publicação foi um compromisso firmado entre o presidente e representantes indígenas de diversos povos da região do Tapajós (PA), durante reunião ocorrida no dia 15 de setembro, na sede da Funai, em Brasília-DF.

As escolas visitadas dentro do TI Cobra Grande para esta pesquisa foram as escolas Indígenas: Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora do Carmo (POLO), localizada na aldeia de Caruci do povo Jaraqui, um prédio em alvenaria com 03 salas de aula, 02 malocas funciona como sala de aula, 01secretaria, 01 cozinha, 02 banheiros, 10 professores indígenas formados com ensino superior, , 01 diretora, 01 pedagoga, motorista de ônibus, 01 piloto de lancha que transporta as crianças que precisam atravessar o rio, ao todo são 21 funcionários. A escola de Caruci funciona do pré escolar, ensino fundamental e médio, nos períodos de férias a escola funciona como extensão da Universidade Estadual do Pará (UEPA), curso intercultural indígena, um gerador que leva energia para todas as famílias e funciona das 18:00 horas ás 22:00 horas e no período de férias até as 23:00 horas.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora de Aparecida (ANEXO), localizada na aldeia de Arimum do povo Arapiun, não possui estrutura em alvenaria a escola são malocas construídas pelos próprios indígenas, tem 02 banheiros, 01 cozinha, 02 malocas que servem como sala de aula, 01 sala de aula na secretaria da escola, 06 professores 04 tem ensino superior, 02 sem formação superior, professores de notório saber e nheengatu, 04 são indígenas, 02 não indígenas, tem 01 vigia que também trabalha como piloto de lancha que transporta as crianças. A escola anexo funciona do 4º ao 9º ano, possui um gerador de energia que funcionadas 18: 00 horas as 22: horas, as duas escolas pesquisadas não possuem micro sistema de água.

Os alunos que frequentam as duas escolas são oriundos do próprio território dependem da bolsa família e da merenda da escola.

Este trabalho expõe informações coletadas com lideranças e professores indígenas que colaboram para o enriquecimento da pesquisa respondendo às perguntas sobre "Educação escolar indígena", tais como: Porque a educação escolar é relevante para o indígena? Ressalta-se que todos os entrevistados permitiram que seus nomes reais fossem mostrados.

4.1. A Relevância da Educação Escolar para o indígena

Constatou-se que a educação escolar indígena em questão faz parte da metodologia do ensino de fixação de valores, hábitos, costumes que são de acordo com os padrões da sociedade, um ensino que chega nas escolas indígenas toda elaborada. Porém, observou-se que para os indígenas não é interessante somente esse tipo de educação ordenada, mas uma educação que venha resgatar e manter suas origens e permita repassar para os mais jovens os conhecimentos e tradições ancestrais de seu povo. Sendo assim, buscar e colocar em prática o que diz a constituição no Art. 231

> São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens (BRASIL, 1988).

No entanto uma escola em terras indígenas sempre revelou- se como um grande desafio e carrega muitas contradições conflitantes, porém questionamentos são necessários para a formação e o desenvolvimento intelectual do indivíduo, além disso é um mecanismo que pode ser usado para transmitir e adquirir informações através de articulações de trocas de conhecimentos saudáveis, além de fortalecer o reconhecimento étnico e territorial dos povos. Busca-se uma educação escolar que agregue valores, saberes e conhecimentos elaborados, valorizando a língua indígena e seu modo de ensinar e aprender.

> Essa reivindicação não se traduz por qualquer tipo de escola, mas por um projeto definido de acesso a determinados conhecimentos acumulados pela humanidade e de valorização, pesquisa, registro e sistematização de práticas e saberes tradicionais. Para tal, o envolvimento da comunidade e o uso das línguas indígenas e do português, de metodologias adequadas aos processos próprios de ensino e aprendizagem, de calendários diferenciados e de materiais didáticos específicos constituem (BRASIL, 2002, p.10).

Então, reivindicou-se por uma escola comunitária, participativa que atendesse as expectativas, de uma educação escolar especifica, diferenciada, bilíngue e intercultural que os próprios indígenas tivessem autonomia de determinar as práticas docentes dentro da escola, associando saberes tradicionais com os conhecimentos elaborados, que tornam uma educação

escolar específica e diferenciada na prática, respeitando todos os critérios da Lei de Diretrizes e Base (LDB), por ser a Lei maior a ser seguida nas questões do ensino escolar e o Ministério da Educação e Cultura (MEC), que trata desde 1991, sobre a educação escolar indígenas.

Os relatos dos entrevistados que gentilmente dispuseram do seu tempo para falar sobre as lutas, conquistas da escola, seu território e os desafios enfrentados. Nas entrevistas com líderes e representantes indígenas, focamos na relevância da educação escolar para o indígena dentro do T.I.Cobra Grande.

O cacique Domingos relata a relevância da educação escolar:

> [SIC] *Sou cacique da aldeia Caruci e pertenço ao território Cobra Grande, etnia Jaraqui,* ***para nós indígena hoje a educação é importante na educação escolar, nós temos dois tipos de educação, a educação que passa de pai para filho e a educação escolar*** *indígena, pra nós é importante a gente é, busca mais conhecimento através da escrita, da leitura e a educação ela nos trouxe também não só você ler e aprender e até mesmo a contagem, mas ela trouxe o despertamento em relação aos conhecimentos em relação aos direitos na lei que ampara nós povos indígenas. Então, diante disso a* ***escola ela já demostra ser importante pra nós em relação a isso né porque a gente consegui é através desses direitos através da escrita também é poder reivindicar os nossos direitos diante da educação,*** *então esse é importância que a escola ela traz pra nós, porque não basta você ter só o conhecimento empírico né, mas que você tenha conhecimento é, técnico também****. Para nós como liderança que lutamos muitos anos pela educação, ela é nossa conquista porque ela mostra assim diante da educação a gente precisa é aprender muita coisa*** *no caso projetos, no qual vou te dizer hoje sou graduado em geografia e muitas das vezes nossos pais tem o conhecimento tradicional, mas quando você estuda, você tem uma nova visão de mundo, uma nova visão de conhecimento. Um exemplo é hoje****, sempre defendemos muito o meio ambiente no geral, mas a gente não sabia assim como desenvolver que não pudesse desmatar, nosso objetivo é não degradar, desmatar o meio ambiente, quando a gente não tem esse conhecimento técnico a gente não sabe como resolver e o estudo trás o conhecimento de como você pode fazer o manejo, pode fazer um plantio sem é, desmatar.*** *(Domingos,2020, grifos nossos).*

Percebe-se na fala do cacique Domingos, em que o mesmo destaca a educação de pais para filhos, mostra o valor dessa educação que sempre foi tão importante para os indígenas, onde se ensina no caminhar pela floresta ou durante uma pescaria e permite os mais novos conhecer e dar continuação de muitos ensinamentos importantes para a sobrevivência da cultura, costumes, as crenças nos encantados, nas ervas e tudo que envolve a natureza. Porém, não podemos falar de educação escolar sem falar da escola

No entanto, a escola surge como uma grande conquista, e ganha relevância por ser um espaço aglutinador de muitos valores, que pode contribuir para que o indígena adquira a educação escolar e conhecimentos elaborados, que vão somar com o conhecimento empírico que possuem, para assim, ajuda-los a preservar o espaço em que vivem. Através da educação

escolar os mesmos percebem que podem adquirir conhecimentos que vão direciona-los para lutar por direitos do coletivo, tornando-os indivíduos mais conscientes de seus direitos e deveres. De acordo com Rodrigues (2018,pag.11)

> A experiência escolar que está sob exame se mostra importante instrumento de territorialização na medida em que se fez instância organizadora da coletividade, contribuindo para a consolidação identitária, tanto própria como dos indígenas, através da incorporação dos saberes e práticas indígenas em suas atividades e da abertura de novos canais de tomadas de decisões que vem impactando suas formas de relacionamento com o meio ambiente e com a dimensão simbólica. (RODRIGUES, 2018,p. 11).

Para o autor, a escola em espaço indígena não se revelou somente como um aparelho de inclusão dos conhecimentos cientifico com ligação ao saber empírico, em que estes saberes são reforçados nas atividades escolares, abertura de novo olhar sobre o mundo, mas também para sua própria solidificação estatal, passando a ser referência dentro do território, fazendo com que os indígenas passassem a dedicar-se mais tempo a escola. Desta maneira provocando mudanças que atingiram significativamente a forma natural de viver dos povos.

O cacique Pereira nos conta como foi a conquista da escola na aldeia Arimun e quais os benefícios que a escola trouxe para o povo:

> [SIC] *A conquista da nossa escola foi muito difícil por que a gente vivia todo junto com os brancos e várias vezes fomos discriminados, na época tínhamos uma professora a professora Rosa e quando ela ia dar aula os não indígenas,* ***eles saiam da escola, e a gente era discriminado*** *por essa razão. Então sentamos o grupo indígena aqui da Aldeia Arimum e nós fomos até a SEMED (secretaria municipal de educação), reivindicamos a escola indígena, porque só assim nós íamos poder lutar pelos nossos direitos, então foi através dessa luta é que surgiu a escola Nossa Senhora de Aparecida, é se não me engano foi no ano de 2005, que a gente começou essa luta, e a nossa primeira professora foi a professora Rosa. Começamos com a multiséri de primeira ao quarto ano, ainda não tinha o quinto ano e houve muita* ***resistência por parte do governo*** *da SEMED, mas na época já tínhamos a associação do território cobra grande, então fizemos uma comissão e fomos até a SEMED e conseguimos a abertura da escola e de lá pra cá a gente através do conselho, através do conhecimento que temos sobre as leis, nós conseguimos, é, ampliar porque nós conseguimos o quinto ano e hoje temos até ao nono ano, foi uma história bem longa, sempre nós mostrando pro governo****, a importância da escola, das crianças para garantir que elas tem direito a estudar*** *e isso fez com que até hoje a gente conseguiu é, colocar serventes, um vigia e hoje ela funciona, hoje estamos em 2020, a nossa escola é reconhecida, mas a luta continua porque nós sempre temos que estar mostrando pro governo que os nossos direito, que muitas vezes o governo quer tirar de nós****, é por isso que a gente luta por essa educação, que só através dela que a gente consegui ser alguém.*** *(PEREIRA,2020,grifos nossos).*

As palavras do cacique Pereira, mostram como foi para requerem junto a prefeitura uma escola, mesmo já existindo uma outra escola na comunidade, é algo que acontece em várias aldeias, pela não aceitação por pessoas não indígenas, contra indígenas frequentarem escola não indígenas, relata uma série de desafios e as dificuldades enfrentadas para implantar uma escola que tornasse possível o acesso dos mesmo sem constrangimento, a luta por reconhecimento e visibilidade por parte do governo. Destaca também, a importância da educação escolar para o indígena, ter uma escola indígena para garantir que as crianças estudassem e o quanto torna-se necessário o conhecimento cientifico, assim, conhecer seus direitos para que possam reivindicá-los. Direito a escola e a educação escolar que reconheça as especificidades socioculturais dos povos indígenas e suas organizações sociais, embora os direitos já estejam garantidos em lei e que seja um direito de todos, ainda não está sendo suficiente para ser efetivado sem que os mesmos tenham que lutar.

Outrossim, os direitos educacionais que também são firmados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 93.94 de 20 de dezembro 1996, reforçam o que está na Constituição, conforme, Art.32," O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem" (BRASIL, 1996).

Além disso, nos artigos: 78 e 79 da mesma LDB estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diz que:

> Art. 78- O sistema de Ensino da União, com colaboração das agências federais de fomenta a cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:
>
> l- proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memorias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciência;
>
> ll – Garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso as informações, conhecimento técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índios.
>
> Art. 79 – A união apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural as comunidades desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa.
>
> § 1º Os programas serão planejados com audiência das comunidades indígenas.
>
> § 2º Os programas a que se refere este artigo, incluídos nos Planos Nacionais de Educação, terão os seguintes objetivos:
>
> l – fortalecer as práticas sócio culturais e a língua materna de cada comunidade indígena;
>
> ll – manter programas de formação de pessoal especializado, destinado à educação escolar nas comunidades indígenas;
>
> lll – desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades.

> lv – elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado. (BRASIL. lei 9.394/ 1996).

Constatou-se que dentro da LDB, no que se refere a educação escolar indígena tem sua própria particularidade, fazendo com que se tenha continuidade da identidade indígena e sua cultura, ao mesmo tempo permitindo a utilização da língua materna e o seu próprio método de aprendizagem, além disso integrando- o a sociedade atual.

Portanto afirma-se na LDB, que a educação escolar indígena tem que ser bilíngue e intercultural, que venha resgatar a sua história e reafirmar a identidade indígena. Desta maneira permitindo que os mesmos se evolvam e participem diretamente de programas educacionais, fazendo com que preparem seu próprio material didático diferenciado para as escolas indígenas, ao mesmo tempo a LDB, esclarece que a escola indígena tem que ter um tratamento diferenciado das demais escolas, também dá autonomia para os indígenas decidirem de acordo com as especificidades de cada escola, para elaborem o seu projeto político pedagógico, para trabalharem na escola.

Destaca-se ainda que em 09 de janeiro de 2001 foi promulgado o Plano Nacional de Educação, entre metas e objetivos aponta a necessidade da criação da categoria escola indígena destacamos:

> 6.Criar, dentro de um ano, a categoria oficial de “escola indígena” para que a especificidade do modelo de intercultural e bilíngue seja assegurada”.
> 8. Assegurar a autonomia das escolas indígenas, tanto no que se refere ao projeto pedagógico quanto ao uso de recursos financeiros públicos para a manutenção do cotidiano escolar, garantindo a plena participação de cada comunidade indígena nas decisões relativas ao funcionamento da escola.(BASIL,2001)

A partir do Plano Nacional de Educação, a educação escolar indígena deu-se um passo importante quando permite que os programas educacionais cheguem a todas as séries do ensino fundamental, a regularização a modalidade escola indígena com mais embasamento e assegurando suas particularidades permitindo a participação direta dos indígenas nas decisões. Autonomia para fazer seu próprio projeto político pedagógico, mas que sempre esteja de acordo com as leis educacionais que regem todas as escolas do pais, ou seja não existe na prática uma distinção entre uma escola indígena e a não indígena.

A resolução de Nº 03 de novembro 1999, do Conselho Nacional de Educação (CNE), que estabelece as Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas diz que:

> Art. 1º Estabelecer, no âmbito da educação básica, a estrutura e o funcionamento das Escolas Indígenas, reconhecendo-lhes a condição de escolas com normas e ordenamento jurídico próprios, e fixando as diretrizes curriculares do ensino intercultural e bilíngüe, visando à valorização plena das culturas dos povos indígenas e à afirmação e manutenção de sua diversidade étnica. (BRASL,1999).

Entende-se que com o Conselho Nacional de Educação foi que constituiu os planos nacionais para que as escolas indígenas, tivessem seu funcionamento legalizado, para que os planos curriculares de ensino das línguas indígenas fossem valorizados, assim, manter a conservação das diversidades étnicas.

Nesse sentido a legislação preconiza o ensino bilíngue, porem o que se tem observado na realidade é a oferta de uma extensão no currículo das escolas indígenas apresentando como se fosse uma disciplina (nheengatu).

Porém, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 20 de dezembro de 2017, destaca que:

> A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996)1, e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN)2. (BRASIL.2017)

Desta maneira compreende-se que a BNCC, visa tão-somente a educação escolar, aponta dez competências gerais da educação básica. Embora esteja em conformidade com a LDB, e Plano Nacional de Educação, de 20014/2024, discorre de conceitos bem definidos e amplos, não contempla a escola indígena e sim a escola em modo geral. Para um melhor entendimento Saviane destaca que existe interesses opostos das classes sociais:

> ‘’ [...] não tem interesses na transformação histórica da escola (ela está empenhada na preservação de seu domínio, portanto, apenas acionará mecanismo de adaptação que evitem a transformação)’’ (SAVIANE,2018,p.25).

Assim, a BNCC, foi planejada para igualar as desigualdades, no entanto existe uma grande diferença entre as regiões do país e consequentemente diferenças entre as escolas, de maneira que não foi levado em consideração tais diferenças.

Portanto mesmo os indígenas reivindicando uma educação escolar diferenciada, as escolas indígenas ainda utilizam o mesmo sistema de todas as outras escolas, não usufruindo do direito de estabelecer suas próprias normas e currículo de acordo com as especificidades de cada etnia. Assim caminham a passos muito lentos de concretizar e efetivar o que de fato está previsto nas diretrizes educacionais.

Relato da professora Jesus, referindo-se aos benefícios que a escola levou para os indígenas:

> [SIC] *Sim, ela traz por que antes a nossa escola, como sou uma professora. Eu vou contar um pouco da história. Então quando eu comecei aqui, era um barracãozinho com terra batida né cercadinha de pau roliço é palha, então a escola foi doado as cadeiras é a mesa foi feita pelos comunitários mesmo, tudo era natural e pequeno, em compensação naquela época tinha bem alunos, mas não funcionava como hoje, funcionava como multiserie e eu trabalhava com essa multiserie de primeira série a quarta série, que ainda era por série na época né, ai oque que eu fazia quando as mãe não vinham fazer merenda era eu que fazia, é... deixava os meninos com tarefas pros alunos e ia ver a merenda colocava no fogo, pedia licença pra eles, colocava no fogo a panela e deixava lá fervendo passava a tarefa pra eles e ia de vez em quando lá, tinha uma puxadazinha uma cozininha só pra fazer isso e pra gente não pegar sol, muito sol, ai, naquela época também os alunos e a gente vê muita mudança de lá pra cá, os alunos eram bastante obediente ainda, que se falasse assim; fulano eu quero silencio né, eu quero silencio, e se comporte ai fiquem fazendo a tarefa de vocês eles obedeciam e também naquela época os pais eles autorizavam nós a usar uma régua, não pra bater, mas pra gente ter ali como uma, eu já penso assim tipo, assustar amedrontar não sei, mas a gente tinha esse direito de usar essas réguas naquela época né, só que a gente não ficava judiando de aluno nenhum até porque eu não era muito assim eu sempre tive dominação de turmas, até hoje eu sempre falo, eu vejo algum colegas ai que não tem muito domínio de turma né, a gente tem que ter jogo de cintura pra ter domínio de turma né e era assim e dava certo eu vejo assim quando a gente tem amor na causa, amor ao trabalho, tudo dá certo e fica fácil, e hoje desses anos pra cá, isso era em 92, desses anos pra cá as coisas foram mudando né, quando foi em 99, em 99* ***começou a mudança ai já veio mais professores****, é um morou aqui, foi o tempo eu não tinha magistério ainda na época, ai o professor veio para me substituir, mas já pra ficar no meu lugar e depois foi aumentando, porque foi, teve o EJA (educação de jovens e adultos), uma turma de EJA e daí por diante foi aumentando os funcionários, foi começando ....eu era servente de professora eu passei a ser servente, ai foram aumentando os funcionários, foi mudando também a característica da escola e já era várias salas e já tinha várias malocas, barracão, uma secretária e quando foi passando os anos é veio o colégio em 2010, e os funcionário* ***foi aumentando a renda também da aldeia foi melhorando porque foi*** *mais pessoas da aldeia* ***empregada né tanto na escola*** *como servente, vigia, piloto de lancha, como motorista de ônibus e auxiliar tanto de lancha, de ônibus ainda não tem, fomos tendo direção de escola diretor, pedagogo né, secretária começou desde 2008.* ***Então foi melhorando na economia também pra comunidade,*** *as famílias que não eram aposentadas foram se aposentando, alguns mais velhos anciãos****, e veio a bolsa família*** *também, teve uma contribuição muito grande a escola né, os benefícios que vieram foi esses.*

> *Daí com muitas coisas que a escola tem hoje foi em termos de benefícios porque nós já temos nossas coletas quando a escola precisa efeito coleta e quando nós pretendemos melhorar a estrutura da sala porque mesmo a escola tenha vindo, seja construído ela não supre a necessidade de todos." (JESUS, 2020,grifos nossos).*

A professora Jesus, relembra as alterações que foram acontecendo no decorrer do tempo na escola, na aldeia e principalmente no modo de vida, uma vez que a rotina diária de dedicação do tempo das pessoas passou a ser na escola, a questão financeira foi algo bem impactante, pois a grande maioria dos funcionários que trabalham na escola são filhos da própria aldeia, que passaram a ter uma profissão remunerada e outros que recebem bolsa família. O desenvolvimento da escola, trouxe transformações e melhorias não somente econômica na vida das famílias, do mesmo modo o conhecimento.

> Nesse contexto, vislumbramos que a presença de educação escolar em comunidades indígenas pode atender ao interesse do capital em pelo menos quatro direções. Primeiro na inculcação de saberes burgueses exógenos a essas sociedades através dos conteúdos levados por professores das escolas urbanas. Segundo pela implementação da organização escolar fundamentada na lógica empresarial. Terceiro pelo desmantelamento da estrutura hierárquica historicamente constituída por essas sociedades construindo no seio da mesma a figura do professor, do diretor de escola, do faxineiro, merendeiro, etc, incutindo a divisão de trabalho capitalista. Quarto, e não menos importante, de criar no interior dessa sociedade o trabalhador assalariado. (RODRIGUES,2018, p.03).

Percebe-se que a escola em terras indígenas é algo contraditório, traz a luz do conhecimento para se defenderem, ao mesmo tempo a escola revela-se a extensão do aparelho capital, que onde chega transforma o modo de vida das pessoas, inclusive dos que tentam resistir as mudanças, mas que precisam deste aparelho ideológico para lutar por seus ideais, transformando-os em livres prisioneiros por não mais terem tempo para viver o seu cotidiano.

Referente a escola e a educação escolar indígena diferenciada, Sousa, gestora da escola polo e de mais duas escolas anexas, faz um relato sobre as dificuldades encontradas no cotidiano escolar para desenvolver um bom trabalho e tenha êxito educacional:

> [SIC] *As dificuldades que a gente encontra no nosso trabalho são essas, esse sistema que* ***é um sistema pra todos, um sistema que não diferencia a educação a questão das escolas,*** *por exemplo, aqui nós estamos no Caruci é a escola polo, a minha escola anexo lá no Arimum e Garimpo, então tem uma certa* ***distância de deslocamento pra gente ir pra lá, não tem como a gente fazer um acompanhamento, mais presencial nas anexas,*** *isso acaba também trazendo alguns problemas pra gente né, além* ***da questão da infraestrutura as escolas*** *elas são construídas apenas com três salas sendo que a demanda de alunos nossa e maior que isso, então* ***nós temos já espaços salas construídas com próprio recurso, com parceria de nós mesmos professores e alguns pais que aparecem voluntariamente*** *pra nos ajudar, então isso já é um entrave pra gente, falta*

> *alguns materiais algo que nós poderíamos dar um conforto melhor para os nossos alunos dar uma aula mais prazerosa pra eles, já não consegui dar, ai uma briga também nossa está relacionada a* ***merenda escolar, por que a merenda que vem pra eles, vem pra vinte dias sendo que ela não dura, dá no máximo uns dez dias*** *porque, alguma das nossas crianças elas venham pra cá pra escola e essa merenda que é a refeição dele muitas das vezes, então a gente não vai colocar apenas um pouquinho, na verdade não é uma merenda muitas das vezes já é um almoço, muitas das vezes já é a janta daquela criança, isso também é um entrave pra gente, sem contar que quando eles mandam fruta, as vezes eles mandam frutas pra cá e já chega estragada, não tem um cardápio diferenciado de acordo com a nossa realidade. Outra dificuldade também nas escolas que os nossos professores* ***nem todos são indígenas, tem funcionários que não são indígenas, então é difícil esse funcionário vim e se adaptar a realidade indígena,*** *muitas das vezes a gente encontra barreiras quanto a isso, outro entrave também está relacionado ao* ***pedagogo muitas vezes o pedagogo ele vem e ele quer trabalhar com nossos professores e nossos alunos o que a SEMED (Secretária Municipal de Educação), impõe pra ele trabalhar, que é o preenchimento de ficha, passar avaliações pro aluno e isso não está ligado a uma educação diferenciada****, a educação escolar para o indígena ela tem um olhar diferenciado sobre os nossos alunos e esse* ***pedagogo quando vem não tem esse olhar diferenciado, ele vem com aquele olhar da pedagogia que ele aprende na universidade ele n****ão vem com o olhar de uma pedagogia que venha trabalhar a educação indígena, a realidade dos povos indígenas essa é uma das maiores dificuldades. Eu me formei em pedagogia é licenciada em pedagogia, uma pedagogia normal ela não foi diferenciada, então ao retornar pra aldeia eu senti um pouco de dificuldade, por que na aldeia a gente vivencia uma coisa o que é a educação escolar indígena, o que é necessário pros nossos alunos, só que quando a gente chega na SEMED, a SEMED impõe outra coisa pra gente aí estamos ligados aquela secretária, então a gente acaba tendo que seguir o que a SEMED impõe pra gente e todas essas dificuldades a gente acaba encontrando né,* ***a gente não tem autonomia como gestora, autonomia de trabalhar de fato uma educação diferenciada*** *a gente faz sim, uma educação aqui na escola com nossos professores, com nossos alunos, a gente consegui fazer, mesmo indo contra o que a SEMED nos manda. Se nós fossemos seguir o que a SEMED manda nós tínhamos um outro tipo de realidade, porque* ***a semed mede o aluno por nota, na educação escolar indígena não, a gente já vai avaliar o nosso aluno pelo aprendizado*** *dele não por nota, mas como ainda estamos ligados a esse sistema a gente tem que entregar uma nota todo fim de mês, tem que entregar uma frequência e os professores tem que entregar várias fichas junto com o pedagogo todo mês. Então essa é uma dificuldade maior porque os nossos professores indígenas não aceitam mais de continuar nesse sistema de muita* ficha. (SOUSA , 2020, grifos nosso).

Observa-se que no território existem três escolas, sendo a escola polo a escola na aldeia Caruci e duas anexos; uma na aldeia Arimum e outra na aldeia Garimpo (a escola da aldeia de garimpo não faz parte da pesquisa).

No relato da professora Sousa, em que a mesma relata várias situações conflitantes, que marcam a parte interna das escolas pesquisadas, que podem vim causar prejuízos na aprendizagem dos alunos, por não ter um acompanhamento adequado, sistema educacional padrão para todas as escolas, mesmo para uma escola indígena, as escolas muitas vezes sem a menor estrutura física, embora essa carência de estrutura adequada não seja somente em escolas indígenas. No entanto, com a ausência do município, fez com que os indígenas com seus próprios recursos construíssem espaços para ministrar as aulas.

Outra problemática enfrentada nas escolas indígenas, acontece com a merenda escolar, pela insuficiência de quantidade e a ineficaz na qualidade, o que compromete o que está estabelecido causando prejuízo as crianças.

> O Ministério da Educação, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, garante a transparência de recursos financeiros para subsidiar a alimentação escolar de todos os alunos da educação básica de escolas públicas e filantrópicas. O repasse é feito diretamente aos estados e municípios, com base no censo escolar realizado no ano anterior ao do atendimento. (PORTAL.MEC.GOV.BR).

Nota-se que mesmo os alunos tenham seus direitos garantidos, para se ter uma boa alimentação, ainda não tem uma preocupação com as particularidades de cada escola e a realidade da clientela que precisa da merenda escolar todos os dias para o mês integral. Porém, as escolas indígenas e a educação escolar indígena ainda são colocadas pelo sistema de ensino, no mesmo patamar de uma escola não indígena, sem respeitar as suas especificidades, quando impõe aos professores e pedagogos que devem trabalhar e mostrar resultados de acordo com todas as escolas sem diferenciar nenhuma, tornando-as unificadas. Podemos compreender melhor nesta citação quando diz que:

> A função da educação escolar vem sendo usada junto às comunidades indígenas para manter os quadros de dominação exercidos pela sociedade nacional" (SANTOS, 1975, p. 12) e que "a educação foi sempre um instrumento estratégico para se atingir os objetivos da sociedade nacional de submeter ou diluir os indígenas na sociedade nacional (RODRIGUES, 2013).

Embora exista resistência pelos indígenas em aceitar uma escola igual para todos, a escola por ser totalmente ligado ao sistema estatal, sempre leva vantagens e os indígenas acabam cedendo as regras determinadas, pela secretaria de educação, pois mesmo sendo uma escola indígena, a mesma na prática obedece às leis educacionais determinadas para todas as escolas, sem distinção o que causa de certa maneira conflitos, com professores indígenas e não indígenas. Uma vez que a escola como uma empresa tem que gerar números, então o aprendizado dos alunos é medido por notas, enquanto que para os indígenas os discentes devem ser medidos pelo aprendizado. O RCNEI de 1999, enfatiza que:

> (...) a necessidade de uma construção curricular liberta das formalidades rígidas de planos e programas estatísticos, e pautada na dinâmica da realidade concreta e na sua experiencia educativa vivida pelos alunos e professores. BRASIL 1999.

Embora os docentes das escolas indígena procurem fazer na prática uma educação escolar diferenciada, inserindo a realidade dos alunos com a sala de aula, ainda existe uma grande necessidade para que se tenha um Currículo diferenciado para as escolas indígenas.

Segue o relato de uma das lideranças idosa Sousa, de como surgiu o nome do território Cobra Grande, Sousa diz que:

> [SIC] *Se deu o nome de terra cobra grande por que dor sacaca ele andava por terra e pelo fundo do rio, também era uma cobra, falaram que ele mora no torronõ na área onde a gente mora, então por isso que se colocou o nome da terra, de Território Cobra Grande. (SOUSA , 2020 grifos nosso).*

Conquanto no decorre dos anos, com avanço da tecnologia e a ciência, mas para a grande maioria dos indígenas, ainda existem um grande respeito pelos encantados, os rituais, que é algo que faz parte da cultura indígena, ainda existe uma relação forte com a terra o espaço físico, as relações sociais entre as pessoas do local, o saber ancestral da cura pelas ervas, tudo que compõe a terra, os rios, floresta e tudo que nela existe. A terra para o indígena é um ponto fundamental, é a vida, por essa razão se luta tanto pelo seu reconhecimento, embora esteja garantido na Constituição no artigo:

> Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens (BRASIL, 1988).

Porém, observa-se que apesar dos direitos firmados na Constituição sejam bem esclarecidos, ainda não garantem a demarcação das terras indígenas, por existirem muitos entraves e falta de vontade do governo para concretizar o que é de direito, causando conflitos, invasão para exploração e até mortes dos povos.

Cacique, Pereira relata as como conseguiram se organizar para lutar por seus direitos e as conquistas para o território, adquiridas através da união de todos:

> [SIC] *Se deu no reconhecimento das aldeias, primeiro foi Garimpo a se reconhecer como povo indígena povo Tapajó, depois veio povo Jaraqui de Caruci que se auto reconheceu e depois veio o povo Arapiun né, aldeia Arimum e o povo Jaraqui da aldeia Lago da praia. Tivemos a importância muito grande de uma pessoa que nos ajudou a organizar mostrar para nós o caminho, como devíamos se organizar, então através do frei Amarildo que na época era o representante do CIMI (conselho indígena), norte 2, então formamos uma associação que o conselho Cobra Grande, Conselho Indigena da Terra Cobra*

> *Grande o COINTECOG, então através do conselho nós conseguimos é, essa organização melhor para enfrentar o governo, é, houve muita resistência dos não indígenas porque eles achavam que nós íamos tomar as terras deles né, então na verdade estávamos garantindo a terra tanto pra eles quanto pra nós, então foi na época que veio o GT (grupo de trabalho), e a gente teve muito* ***conflito com os não indígenas****, é, eles não deixavam a gente passar nas áreas, que não era indígena que eram do branco, então, mas teve uma resistência muito grande do movimento depois das quatro aldeias, que estavam junto que estavam se é, unida , então essa luta começou a dar certo porque* ***fortaleceu a terra indígena o território cobra g****rande e a gente conseguiu através do povo né, essa a legalização do conselho e hoje ela tem uma importância muito grande, porque ela tem o poder e ela* ***tem trazido muitos benefícios pra dentro do território é como educação, saúde*** *na época nós conseguimos é que nós tínhamos só a quarta série aqui na nossa aldeia Arimum, e através do conselho nós* ***conseguimos é, colocar um polo na aldeia Caruci,*** *e o Caruci polo ele representa é as duas aldeias que é Garimpo e Arimum, tanto a escola nossa de Fátima quanto a escola Aparecida e através do conselho a gente conseguiu a implantar o ensino médio é com muita luta, tivemos muita resistência do governo nós conseguimos implantar, conseguimos um micro ônibus na época pro transporte dos alunos, mais tarde como a demanda aumentou a gente conseguiu um ônibus que até hoje está funcionando, ônibus escolar é o polo tem uma lancha e a dois anos atrás* ***conseguimos implantar a UEPA (Universidade Estadual do Para), a universidade pra que os nossos filhos não saíssem mais do território pra ir pra cidade,*** *porque eles estão perdendo a sua cultura, chegavam lá na cidade, eles estavam, saindo de sua realidade para uma realidade diferente da nossa cultura, então, o conselho a luta ela foi bastante resistente e hoje a gente tem essa conquista né, a* ***nossa terra ela não foi homologada, mas ela já foi colocada no diário oficial já, mas pra nós foi uma conquista*** *muito grande, com esse estudo com esse é da forma como está a terra nós conseguimos né, mesmo assim a gente conseguiu é que a escola que nós tivéssemos um atendimento melhor por causa dessa questão da terra (PEREIRA , 2020, grifos nossos).*

Compreende-se que muitos foram os desafios e conflitos enfrentados, mas os indígenas se reorganizaram buscando orientações e parcerias com não indígenas de como procurar seus direitos pelos meios legais, o que levou ao avanço de várias conquistas e benefícios não somente na educação, além disso, o atendimento na saúde indígena. Perceberam a necessidade de manter seus filhos, mais tempo nas aldeias e o anseio de formar profissionais da educação, indígena da própria aldeia, para atuarem dentro do território, fez com que os mesmos juntamente com outras etnias do baixo tapajós reivindicassem seus direitos. O curso de Licenciatura Intercultural Indígena na Aldeia de Caruci formou discentes do Território Etnoeducacional Tapajós Arapiuns, fora do centro urbano uma extensão da UEPA (Universidade Federal do Pará), são indígenas aptos a atuarem nas suas aldeias.

Observa-se que mesmo sem a homologação da terra indígena, somente com a publicação do estudo sobre a mesma, os indígenas unidos conseguiram avançar ao levar para dentro do território a extensão do ensino acadêmico, possibilitando a formação de educadores indígenas no ensino superior no território para atuarem dentro da sua realidade.

Considerações finais

Assim, concluímos através da pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo que a educação escolar adquirida foi um marco de muita relevância aos indígenas, a partir do momento que os mesmos passam a reivindicar por escola, uma educação escolar diferenciada, reconhecendo que o saber empírico e o conhecimento são fundamentais para dar continuidades as tradições, a cultura. A educação escolar indígena está sendo construída a pouco tempo pelas mãos dos próprios indígenas e vem enfrentando grandes desafios pela falta do poder público. Porém, sabe-se que somente através do conhecimento sistematizado os mesmos podem ir em busca dos seus direitos, a educação, saúde e as terras, uma vez que a educação escolar que permite a formação reconhecida de seus próprios profissionais para atuarem em favor de seu povo. Procurou fazer um comparativo analisando as normativas legais que dão embasamento à escola e a educação escolar indígena, com a Constituição de 1988, e a LDB 93.94 de 1996, mostrando a relevância da educação escolar para os indígenas. Neste contexto enfatizou-se as diretrizes para uma educação bilíngue que valorize a língua materna, haja vista que o currículo não é especifico para os indígenas, sendo assim a língua sendo transmitida apenas como uma extensão deste currículo.

Buscou-se conhecer de maneira sintetizada o histórico de como foi a imposição da escola e a educação escolar estranha a vontade indígena e depois muitas leituras percebeu-se que os indígenas, tiveram uma educação jesuítica controversa, que de certa foram também contribuiu para a construção de uma memória escrita realizada pelos indígenas do T.I Cobra grande.

Embora o indígena tente manter-se dentro do seu universo com seus costumes e tradições, notou-se que com a chegada da escola na aldeia, modifica todo modo de vida dos mesmos, pois passam a dedicar a maior parte do seu tempo a escola e sem perceber reproduzem e misturam outros modos de vida, o que torna uma luta constante entre o preservar o que se tem, aquisição do novo para acompanhar a atualidade, haja vista que, vivemos em um mundo globalizado onde tudo está interligado, seja no social, cultural, econômico e principalmente político.

Percebeu-se nas falas dos entrevistados que inda existem muitos entraves que não facilitam a efetivação das diretrizes que vão desde a estrutura física das escolas a autonomia de um currículo diferenciado que atenda as especificidades dos alunos indígenas, o que impedi que

a escola indígena seja de fato especifica e diferenciada, e para tentar quebrar essas barreiras, os povos se juntam para lutar pelo interesse do coletivo, cobrar de forma legal os direitos assegurados.

Verificou que para o indígena ainda existem várias dificuldades, que começam dentro da própria aldeia pela não aceitação dos não indígenas e fora da aldeia é a in visibilidade é o questionamento de sua existência diante do poder público e da sociedade, embora os direitos indígenas estejam assegurados a trinta e dois anos na constituição e a mais de vinte anos na LDB, consequentemente no PNE, CNE os indígenas ainda têm que continuamente se reafirmar, lembrar sempre todas as esferas do governo e para a própria sociedade nacional que os mesmos existem, que tem deveres, mais que também possuem direitos.

O descaso por parte do poder público em atender as especificidades de uma escola indígena é visível por exemplo, quando se tem que seguir as diretrizes da secretaria de educação que são iguais as das escolas não indígenas, fazendo com que as escolas indígenas sejam atendidas como se fossem escolas de rios. Outro ponto que precisa ser revisto é quanto aos profissionais que atuam nestas escolas, pois nem todos são indígenas, e o professor que não é indígena tem dificuldade de trabalhar a educação específica e diferenciada, de acordo com a cultura de cada etnia o que tem gerado conflitos entre professores e lideranças, talvez por desconhecer na prática os fundamentos teóricos e metodológicos da educação escolar indígena, fundamentos estes: bilíngue, multilíngue, específica, comunitária, diferenciada e intercultural.

Além disso, no que se refere a merenda escolar, deve ser respeitado o direito de ter uma alimentação adequada e que se possível seja produzido dentro do próprio território, afim de evitar a escassez na escola, pois a merenda que vai para os alunos não dura o mês todo e além disso, que devido à distância do setor de entrega a merenda já chegue em situação de desgaste.

Verificou que embora tenha ocorrido um grande avanço na educação escolar indígena, mas na realidade existe uma grande distância entre o sonho de uma escola especifica e diferenciada pensada por e para os indígenas e a realidade, do que se espera e o que se tem. Não é fácil ter uma escola em terra indígena, pois existe uma grande distância entre os direitos educacionais legalmente constituídos e a realidade, tudo depende de muita persistência, organização, disposição para lutar contra tudo e contra todos e ainda pressionar o governo para colocar na prática o que está definido em Lei.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/civil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 26 de julho de 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes da Educação Nacional. Ministério da Educação - MEC. Disponível em: www.portal.mec.gov.br > seesp>pdf. Acesso em: 10 de Março de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referenciais para a formação de professores indígenas**. Secretaria de Educação Fundamental - Brasília: MEC; SEF 2002. p. 13 e 31.

BRASIL. **Lei nº 5.371, de 5 de Dezembro de 1967.** Autoriza a instituição da "Fundação Nacional do Índio" e dá outras providências. Brasília, 5 de dezembro de 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L5371.htm. Acesso em: 24 de agosto de 2019.

BRASIL. Ministério da educação- MEC. Merenda escolar. Disponível em www.portal.mec.gov.br>merenda escolar.

BRASIL. Lei nº 010172, de 9 de Janeiro de 2001. Plano Nacional de Educação. Disponível em www.portal.mec.gov.br. Acesso em 14/01/2021.

BRASIL. Resolução CEB nº 3,de 10 de novembro de 1999- MEC. Disponível em www.portal.mec,gov,br . Acesso em 28/07/2021.

BRASIL. Educação Escolar Indígena- MEC. Disponível em www.portal.mec.gov.br . Acesso em 19 de agosto de 2021.

COSTA, Guilherme Luiz Pereira et al. Movimento Indígena no brasil: militância, educação e o caminho para a preservação cultural. Anais V CONEDU...Campina Grande: Realize Editora, 2018. Disponível em :https://www.editorarealize.com.br >index. php/art acesso em 01/07/2021

FUNAI. O serviço de proteção aos índios- SPI. Disponível em www.funai.gov.br>index.php> ser acesso em 14/11/2019.

FUNAI. Os estudos de identificação e delimitação da terra Indígena (TI) Cobra Grande em Santarém (PA), 29 de set. de 2015. Disponível em : www.funai.gov.br>noticias acesso em 06 de outubro de 2020.

LUCIANO, Gersem dos Santos: O Índio Brasileiro: o que você saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília:MEC/SECAD;LACED/Museu Nacional,2006.233p.(Coleção Educação Para Todos. Série Vias dos saberes n.1). Disponível em:http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdfindio_brasileiro.pdf.Acesso em 06 de janeiro de 2021.

OLIVEIRA. J. DA Negação ao reconhecimento: A educação escolar indígena e a educação intercultural: Implicações, desafios e perspectivas.2012. Dissertação (Mestrado em Teologia) - Escola Superior de Teologia, São Leopoldo – RS, 2012.

OLIVEIRA, L. A.; NASCIMENTO, R. G. Roteiro para uma história da educação escolar indígena: notas sobre a relação entre política indigenista e educacional. **Educ. Soc.** vol.33 no.120 Campinas jul./set. 2012. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302012000300007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 de março de 2020.

RODRIGUES. G.C. LOPES. (2013). Educação Escolar em comunidades indígenas no contexto da reprodução ampliada do capital. Revista Exitus, v3, ed.2, p 3. Disponível em: Acesso 18 de maio de 2021.

RODRIGUES.G.C.LOPES. (2018). Quando a escola é uma flecha: Educação escolar Indígena e territorialização na Amazônia. Revista Exitus, 8(3),396-422.https://doi.org/10.24065/2237-9460.2018v8n3ID651. Disponível em: http://www.ufopa.edu.br. Acesso 18 de maio 2021.

Significado de Escola (O que é, Conceito e Definição)- Significados. Disponível em www.significados.com .br>escola. Acesso 03 de julho de 2021.

SAVIANE,D. Escola e democracia. Campinas: Autores Associados,2018. Disponível em www.scielo.br . Acesso em 07 de agosto 2021.

DEPOENTES

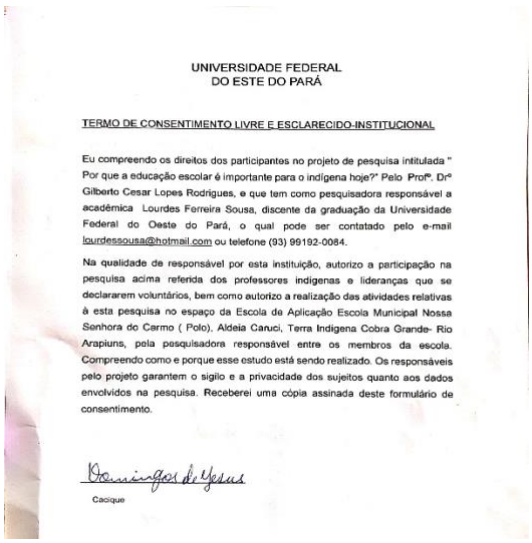
JESUS.D – Entrevista concedida no T.I.Cobra Grande em 25 de setembro de 2020.

JESUS.D.CAMPOS – Entrevista concedida no T.I.Cobra Grande em 25 de setembro de 2020.

PEREIRA.J.E.R- Entrevista concedida no T.I.Cobra Grande em 27 de setembro de 2020

SOUSA.C.FERREIRA –Entrevista concedida no T.I.Cobra Grande em 26 de setembro de 2020.

SOUSA.R.BRANCHES – Entrevista concedida no T.I.Cobra Grande em 28 setembro de 2020.



UNIVERSIDADE FEDERAL
DO ESTE DO PARÁ

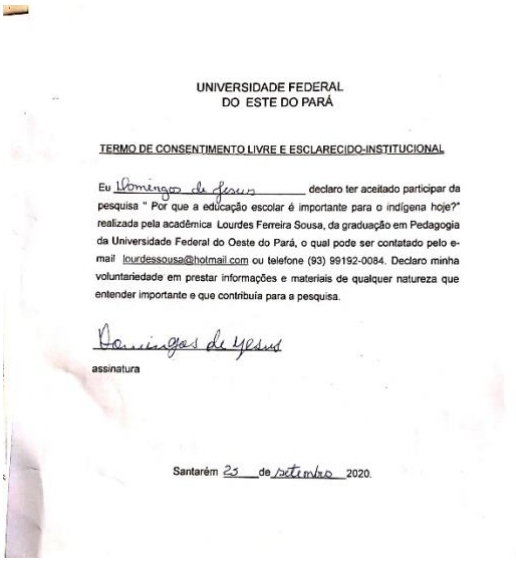
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-INSTITUCIONAL

Eu compreendo os direitos dos participantes no projeto de pesquisa intitulada " Por que a educação escolar é importante para o indígena hoje?" Pelo Profº. Drº Gilberto Cesar Lopes Rodrigues, e que tem como pesquisadora responsável a acadêmica Lourdes Ferreira Sousa, discente da graduação da Universidade Federal do Oeste do Pará, o qual pode ser contatado pelo e-mail lourdessousa@hotmail.com ou telefone (93) 99192-0084.

Na qualidade de responsável por esta instituição, autorizo a participação na pesquisa acima referida dos professores indígenas e lideranças que se declararem voluntários, bem como autorizo a realização das atividades relativas à esta pesquisa no espaço da Escola de Aplicação Escola Municipal Nossa Senhora do Carmo (Polo), Aldeia Caruci, Terra Indígena Cobra Grande- Rio Arapiuns, pela pesquisadora responsável entre os membros da escola. Compreendo como e porque esse estudo está sendo realizado. Os responsáveis pelo projeto garantem o sigilo e a privacidade dos sujeitos quanto aos dados envolvidos na pesquisa. Receberei uma cópia assinada deste formulário de consentimento.

Domingos de Jesus

Cacique



UNIVERSIDADE FEDERAL
DO ESTE DO PARÁ

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-INSTITUCIONAL

Eu Domingos de Jesus declaro ter aceitado participar da pesquisa " Por que a educação escolar é importante para o indígena hoje?" realizada pela acadêmica Lourdes Ferreira Sousa, da graduação em Pedagogia da Universidade Federal do Oeste do Pará, o qual pode ser contatado pelo e-mail lourdessousa@hotmail.com ou telefone (93) 99192-0084. Declaro minha voluntariedade em prestar informações e materiais de qualquer natureza que entender importante e que contribuía para a pesquisa.

Domingos de Jesus

assinatura

Santarém 25 de setembro 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO ESTE DO PARÁ

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-INSTITUCIONAL

Eu João Edinaldo Rodrigues Pereira declaro ter aceitado participar da pesquisa " Por que a educação escolar é importante para o indígena hoje?" realizada pela acadêmica Lourdes Ferreira Sousa, da graduação em Pedagogia da Universidade Federal do Oeste do Pará, o qual pode ser contatado pelo e-mail lourdessousa@hotmail.com ou telefone (93) 99192-0084. Declaro minha voluntariedade em prestar informações e materiais de qualquer natureza que entender importante e que contribuía para a pesquisa.

João Edinaldo Rodrigues Pereira
assinatura

Santarém _____de_____2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO ESTE DO PARÁ

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-INSTITUCIONAL

Eu compreendo os direitos dos participantes no projeto de pesquisa intitulada " Por que a educação escolar é importante para o indígena hoje?" Pelo Profº. Drº Gilberto Cesar Lopes Rodrigues, e que tem como pesquisadora responsável a acadêmica Lourdes Ferreira Sousa, discente da graduação da Universidade Federal do Oeste do Pará, o qual pode ser contatado pelo e-mail lourdessousa@hotmail.com ou telefone (93) 99192-0084.

Na qualidade de responsável por esta instituição, autorizo a participação na pesquisa acima referida dos professores indígenas e lideranças que se declararem voluntários, bem como autorizo a realização das atividades relativas à esta pesquisa no espaço da Escola de Aplicação Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida (Anexo), Aldeia Arimum Terra Indígena Cobra Grande- Rio Arapiuns, pela pesquisadora responsável entre os membros da escola. Compreendo como e porque esse estudo está sendo realizado. Os responsáveis pelo projeto garantem o sigilo e a privacidade dos sujeitos quanto aos dados envolvidos na pesquisa. Receberei uma cópia assinada deste formulário de consentimento.

João Edinaldo Rodrigues Pereira
Cacique

Santarém_____de_____2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO OESTE DO PARÁ

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO- INSTITUCIONAL

Eu Rivalda Ferreira Sousa. declaro ter aceitado participar da pesquisa "Por que a educação escolar indígena é importante para o indígena hoje"? realizada pela acadêmica Lourdes Ferreira Sousa , da Graduação em Pedagogia da Universidade Federal do Oeste do Pará, o qual pode ser contatado pelo e-mail lourdessousa12@hotmail.com ou telefone (93)99192-0084. Declaro minha voluntariedade em prestar informações e materiais de qualquer natureza que entender importante e que contribua para a pesquisa.

Santarém, 26 de 09 de 2020.

Rivalda T. Sousa
Assinatura

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO OESTE DO PARÁ

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO- INSTITUCIONAL

Eu Raimundo Brandão Sousa. declaro ter aceitado participar da pesquisa "Por que a educação escolar indígena é importante para o indígena hoje"? realizada pela acadêmica Lourdes Ferreira Sousa , da Graduação em Pedagogia da Universidade Federal do Oeste do Pará, o qual pode ser contatado pelo e-mail lourdessousa12@hotmail.com ou telefone (93)99192-0084. Declaro minha voluntariedade em prestar informações e materiais de qualquer natureza que entender importante e que contribua para a pesquisa.

Santarém, 26 de 09 de 2020.

Raimundo Brandão Sousa
Assinatura